

# ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DA PRÁTICA<sup>1</sup>

JOSÉ CARLOS MORAES SOUZA\*

## 1. INTRODUÇÃO

Localizar o conceito de *Economia Solidária* num corpo teórico sólido talvez seja uma empreitada árdua, ainda que necessária. A nossa preocupação será apenas dar referências do universo de abordagens existente e, principalmente, fornecer pistas para uma entrada mais consistente nesse debate. Nosso propósito específico reside, portanto, em demarcar pontes teóricas passíveis de serem construídas a partir do balanço crítico da idéia de Economia Solidária. Para tanto, precisamos também situar o momento histórico em que vivia o mundo quando começa a ser forjado não apenas o conceito mas sobretudo as práticas econômicas, sociais, ecológicas, políticas e culturais distintas das usuais. Consideramos relevante tal tarefa pela urgência que temos de, além de saber-dizer, também saber-fazer acerca do tema do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o conceito e, sobretudo, as práticas de Economia Solidária podem ser uma chave para tal intento.

Num período em que o mundo passa por profundas transformações na sua estrutura econômica, política, cultural, social e ambiental, as sociedades modernas deparam-se com grandes desafios no que se refere à necessidade de garantir condições de vida dignas para uma grande parcela da população mundial. Surgem também fortes preocupações com a sustentabilidade, o que conduz a uma série de questionamentos, preocupações e busca de alternati-

---

*1. Este artigo faz parte da Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias (área de concentração em Desenvolvimento Rural) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).*

vas que promovam o desenvolvimento das populações humanas nas diferentes regiões do planeta (do presente e do futuro), ao mesmo tempo em que a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais seja observada.

Desta forma, o exercício de pensar e fazer do tema requer um aprofundamento da visão dos fenômenos econômicos, procurando enxergar para além do modo de produção capitalista que hoje se apresenta (inegavelmente) hegemônico, (possivelmente) não único. Neste sentido, este artigo tem a finalidade de demarcar o espaço de abordagem da Economia Solidária, tentando apresentar as diferentes linhas de pesquisa existente e apontar as divergências e convergências teóricas de alguns dos principais autores envolvidos, além de discutir os antecedentes históricos do debate.

Um dos pontos centrais destacados diz respeito às contradições provocadas pelo sistema capitalista, o qual tem levado um crescente número de trabalhadores do mundo inteiro a vislumbrar alternativas de inserção no mundo do trabalho que lhes garantam sobrevivência com dignidade e autonomia. Tais iniciativas, gestadas na luta pela sobrevivência de trabalhadores que estão ou temem ficar desempregados, são apontadas como uma possível (re)invenção de um outro modo de produzir e distribuir os bens socialmente demandados. Apresentamos também os desafios a serem superados para sua afirmação enquanto um modo de produção possivelmente superior ao sistema capitalista e, por fim, detalhamos suas várias dimensões e as tentativas e necessidades de articulação entre elas, para a construção de uma outra racionalidade política, econômica, social, cultural e ecológica.

## 2. CONCEITUANDO AS PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao longo do tempo foram sendo construídas e consolidadas práticas econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas pautadas em valores e princípios que, diferentemente do Sistema Capitalista, fazem da solidariedade e da cooperação uma forma de resistência de trabalhadores vitimados pelos efeitos perversos causados pela ordem econômica mundial cada vez mais globalizada e excludente.

Trata-se, certamente, da procura e elaboração de *uma alternativa superior ao capitalismo*<sup>2</sup> forjada no dia a dia de trabalhadores e trabalhadoras de diversas

<sup>2</sup>. Expressão utilizada por Paul Singer (2002: 114) para qualificar o movimento da Economia Solidária.

partes do mundo que, na teimosia de não aceitar um destino de miséria dado como certo e inalterável, estão construindo a sua própria história e, desta forma, ensejando a própria transformação da mesma. É importante chamar atenção também para as diferenças existentes entre as iniciativas de Economia Solidária autênticas, gestadas pelos próprios trabalhadores, e aquelas geridas pelo Estado dentro dos marcos do socialismo real, no qual a posse dos meios de produção não era dos trabalhadores nem as decisões acerca dos rumos dos empreendimentos eram tomadas por eles. Neste sentido, pretendemos neste trabalho contribuir para a ampliação do espectro do possível através da reflexão acerca de alternativas que representam formas mais justas de distribuição das riquezas nas sociedades, posto que

*as referidas formas de pensamento e de práticas põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao status quo e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (Wright, apud. Boaventura, 2002: 25)*

Marcos Arruda (2001) fala da Sócio-Economia Solidária como um movimento que transcende as ações restritas ao econômico. Para ele, além das transformações institucionais no campo sócio-econômico, ela implicaria mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais, na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos. Assim, o desafio principal consistiria na transformação política, cultural, filosófica e espiritual. Em nível imediato, esse autor vem destacando a construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, cuja estratégia reside em ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias não só no âmbito do consumo como também nas esferas produtivas, comercial e financeira, com vistas a “transsubstanciar” a economia do capital em economia cooperativa e solidária.

Observa-se claramente que o objetivo superior do processo organizativo dentro da lógica da Economia Solidária é a emancipação do ser humano do trabalho repetitivo e alienado e a construção de um outro sistema que integre as dimensões econômica, política, social, ecológica e cultural, garantindo a sobrevivência com dignidade de todas as pessoas. Diferentemente do que propõem as idéias ancoradas no referencial teórico do Capital Social, que enxerga a confiança e a cooperação como ferramentas que possibilitam às pessoas a convivência com o sistema capitalista sem, contudo, visar superá-lo.

Com a crise estrutural do capital e sua reorganização através da acumulação flexível, sustentada no padrão toyotista de organização do trabalho (o que provoca uma intensificação do trabalho em grau inédito), nos mais diversos setores de atividade (na indústria como nos serviços) de diversos países a flexibilização do trabalho tem gerado novas formas de estranhamento (alienação). Isto porque o conteúdo ideológico dessas práticas é constituído pelo

*culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e atuação coletiva e social* (Antunes, 2002: 24)

Devemos, pois, estar atentos para identificar e denunciar práticas que procuram mascarar as contradições e a alienação do trabalho sob o disfarce de falsas cooperativas que, ao invés de promover a participação dos trabalhadores, acabam por torná-los ainda mais vulneráveis e desprotegidos com relação à exploração capitalista. Estas ações fraudulentas, geridas dentro da ilegalidade, visam tão somente burlar as leis trabalhistas, não garantindo os direitos conquistados pela classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que preservam toda a submissão hierárquica das empresas capitalistas tradicionais.

Assim sendo, todo esforço empreendido para a demarcação conceitual precisa das verdadeiras práticas de Economia Solidária propiciará maior segurança para a necessária construção de políticas públicas adequadas ao fortalecimento destas iniciativas, evitando que os recursos públicos sejam gastos em empreendimentos equivocados que reproduzem a dominação ao tempo em que se disfarçam com o perfume cativante das empresas cidadãs ou cooperativas de fachada. Acreditamos que o debate deve permear tanto a esfera do Estado quanto da Sociedade para que possa galgar poder político e econômico, garantindo desta forma recursos do Estado através de políticas públicas, sem perder a autonomia necessária para continuar formulando alternativas ao *status quo*.

### 3. AS CONTRADIÇÕES DO VELHO SISTEMA CRIANDO AS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DO NOVO

Com a crise do trabalho, que marca o final do século XX, o mundo assiste ao agravamento dos índices de desemprego, desassalariamento e precarização das relações de trabalho, fatos que contribuem em muito para o alargamento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população mundial. Os avanços tecnológicos e os novos modelos de gestão intensificadores de tra-

balho diminuem em termos absolutos a necessidade de mão-de-obra. As mudanças provocadas pela reestruturação produtiva alteram de forma rápida e profunda o mercado e as condições de trabalho, com a extinção de milhões de ocupações e a flexibilização de direitos sociais anteriormente conquistados pela classe trabalhadora.

O que se observa é uma crescente flexibilização do trabalho em todo o mundo capitalista. As iniciativas adotadas pelas empresas através da terceirização e do emprego temporário, bem como o aumento expressivo da informalidade e das falsas cooperativas de trabalho, representam práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho, constituindo formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e descentralização das fábricas.

Tais práticas representam novas necessidades do sistema num contexto de hegemonia da lógica financeira, que exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos cada vez mais flexíveis, fazendo com que o poder econômico e político deste sistema exijam do Estado reformas revogadoras de direitos trabalhistas, de maneira a legalizar a precarização e abrir caminho para a superexploração da força de trabalho e para o aumento abusivo dos lucros.

Como fruto destes processos, o crescimento do desemprego vem acompanhado de mudanças significativas na composição da estrutura ocupacional. Desde a década de 1980 constata-se uma redução gradativa da mão-de-obra empregada nos setores primário e secundário e um crescimento da ocupação no setor de serviços. Mas isto não significa uma maior capacidade de absorção no setor terciário, antes um aumento das ocupações precarizadas e informais. As condições de subemprego substituem as anteriores, de proteção, próprias do Estado de Bem-Estar. Daí o crescimento das ocupações informais, com a agregação de um novo contingente composto por pessoas expulsas do mercado formal de trabalho. Esse setor vem sendo alimentado principalmente por pessoas que trabalham por conta própria, sem registro nem direitos trabalhistas e previdenciários.

Algumas propostas surgem em reação a essa crise do paradigma de organização do trabalho. Na *perspectiva liberal* vêm sendo enfatizadas a *empregabilidade* e o *empreendedorismo*. A primeira refere-se à capacidade de reciclagem profissional (atualização contínua) e adaptação a diferentes áreas de atuação. A segunda, de corte liberal, diz respeito à mobilização e ao exercício da capacidade empreendedora para iniciar novos negócios, trans-

formando os desempregados em “patrões de si mesmos”. Nos dois casos, a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho é atribuição de cada indivíduo em particular e não do sistema que criou as condições objetivas para sua existência.

Na *perspectiva emancipatória*, destacam-se variadas formas de organização do trabalho e da produção, protagonizadas pelos setores populares. *Experiências coletivas de trabalho e produção* vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas autogestionárias. Nasce de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não-mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia. Têm como desafio a construção de uma

*nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora e excludente* (Bertucci, 2002: 19)

A partir da análise destas práticas, alguns autores vêm interpretando tal movimento em seu conjunto como uma *Economia Popular Solidária*. Diversas linhas de pesquisa vêm refletindo sobre a importância e as possibilidades de uma economia popular e solidária, algumas ressaltando seu caráter *alternativo* à economia capitalista, outras sua perspectiva *alterativa*, no sentido de vir a provocar alterações significativas no quadro de condução das políticas de desenvolvimento. Para Kraychete (2000), convencionou-se chamar *Economia dos Setores Populares* as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de capital.

Por sua vez, Coraggio (2003) defende que ela se diferencia da economia empresarial capitalista exatamente pela sua lógica, caracterizada pela “reprodução ampliada da vida” e não pelo acúmulo de riquezas. Dessa forma, aponta estas iniciativas como *alternativas* à economia capitalista, ao se desenvolverem principalmente nos períodos de forte desassalariamento nos países em desenvolvimento, ainda que não possuam a organicidade necessária para contrapor-se ao sistema hegemônico. Para ele, a Economia dos Setores Populares surge como resposta aos processos de exclusão e pobreza a que foi

submetida uma grande parte da população mundial, sendo a unidade doméstica, a família, a

*micro-unidade de organização dos sistemas de reprodução, (...) célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como micro-unidades de produção do capital, são a célula da economia capitalista (Coraggio, 2000: 95)*

Desta forma, ele desenvolve a idéia de “reprodução ampliada da vida”, na qual o trabalho realizado pelos membros das famílias dos setores populares é utilizado, a priori, para comprar os meios de vida ou os meios de produção requeridos na produção/reprodução da unidade doméstica, não implicando necessariamente no aumento de bens materiais; a melhoria da qualidade de vida das famílias derivaria das mudanças na qualidade de consumo e nos novos padrões sociais desenvolvidos. Assim, Coraggio chega ao conceito da *Economia do Trabalho* como sendo um conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores e que, apesar de gestada a partir da Economia dos Setores Populares, não se resumiria à economia desenvolvida pelas unidades domésticas isoladamente nem tampouco ao conjunto agregado de tais células de produção, passando a representar todos os membros da sociedade buscando a “reprodução ampliada da vida”.

É oportuno ressaltar o debate contemporâneo sobre a revalorização da agricultura familiar e da necessidade da reforma agrária como estratégia de desenvolvimento e forma de possibilitar a “reprodução ampliada da vida” destas famílias, uma vez que tais unidades de produção familiar quase sempre se orientam por uma lógica econômica diferente da capitalista. A este propósito, já pontuava Chayanov (1981) que

*não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da produção agrária) baseia-se não em uma forma capitalista mas numa forma inteiramente diferente da unidade econômica familiar não assalariada*

Para França Filho e Laville (2004), o termo Economia Solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica em torno das chamadas novas formas de solidariedade, mediante as quais emerge e se desenvolve um fenômeno de proliferação de práticas sócio-econômicas diversas. Segundo eles, tais experiências concernentes à Economia Soli-

dária se revestem de três dimensões, plurais e híbridas: econômica, social e política. Singer (2002) afirma que,

*para arrancar os marginalizados da situação de pobreza a que foram levados, não basta lhes transferir renda, é preciso lhes proporcionar meios de produção e os recursos culturais, ou seja, é preciso mobilizar as comunidades, motivá-las a se organizar, cooperar e integrar solidariamente*

Ele reconhece na Economia Solidária a germinação de formas *alternativas* da vida econômica e social movida pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, ligadas contratualmente por laços de solidariedade.

Trata-se, portanto, de um “*modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho*” (Singer, 2003: 13). Desse modo, a Economia Solidária não seria a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Buchez, Joseph Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento: “*a Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo*” (ibidem).

Débora Nunes observa que a Economia Solidária partilha uma herança histórica comum com a *Economia Social*, ou seja, européia, e dá ênfase especial ao aspecto democrático da organização do trabalho, no qual predominam o estatuto associativista e, em alguns casos, o cooperativista. Para essa autora, “*as iniciativas de economia solidária articulam as dimensões sociais, econômicas e políticas em uma só ação coletiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas*” (Nunes, 2002: 60). Prossegue Singer:

*para compreender a lógica da Economia Solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude* (idem: 14)

Para esse autor, há, indiscutivelmente, uma forte afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a Economia Solidária. Desta forma,



nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria deles o faz e, por isso, quando se associa para produzir, comprar, vender ou consumir o faz sob formas solidárias:

*Fica em aberto a questão se esta afinidade se deve a um cálculo probabilístico que mostra à maioria dos trabalhadores que suas chances de ascender à classe dominante são mínimas ou se o anticapitalismo da maioria dos trabalhadores decorre da sua consciência de classe, adquirida com a prática da luta de classes ao longo da vida (idem: 15)*

Tal concepção compreende a Economia Solidária como um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos — a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços e a produção privada sem fins de lucro fazem parte de um conjunto de iniciativas que não visam o lucro capitalista e sim excedentes para distribuir e investir —, estaria construindo práticas que abrem a possibilidade de

*uma alternativa real ao capitalismo, na medida que a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientize de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (Singer, 2002: 87)*

Diferentemente de Coraggio, Singer afirma ser a cooperativa a unidade básica da Economia Solidária:

*Eu diria que a economia não capitalista se caracteriza basicamente por princípios socialistas e cooperativistas (...), ou seja, são empresas igualitárias, em que a posse da empresa é de todos os que trabalham nela, por igual (Singer, 2000: 147)*

#### 4. DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

Observa-se claramente neste debate dois grandes desafios. O primeiro diz respeito à retomada do significado do trabalho. Neste sentido, Arruda (2001: 120) questiona: “será que a crise gerada por um sistema que promove o crescimento econômico conjugado com crescente desemprego e apartheid social é uma crise do trabalho humano?”. A literatura tem tratado a questão do trabalho entre os pólos de *centralidade* e *perda da centralidade*, como sinaliza Oliveira (2000: 70):

*O debate contemporâneo se dicotomiza entre uma posição que considera que o trabalho continua sendo fundante da própria sociabilidade capitalista (...) e a posição, no outro extremo, que nega tal centralidade, embora reconheça que o trabalho continua a existir, apenas tendo perdido a virtualidade heurística de chave para a compreensão e transformação da sociedade*

Para Cattani (2003), o desafio que se coloca “a outra economia” é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e a sociedade, relevância essa dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Não basta, por conseguinte, ter orçamento participativo, *empoderamento* da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipatória e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas. Da mesma forma, o fato das cooperativas e empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à auto-exploração. Arruda (2001: 128) afirma ser

*preciso reconceituar o trabalho, desligando-o das meras tarefas da sobrevivência. O ser humano está na Terra não apenas para sobreviver, mas para realizar seus potenciais superiores de prazer, bem-estar, comunhão e felicidade. É capaz de transformar o mundo e criar o novo através da ação consciente sobre si próprio, sobre a natureza e sobre todo o grupamento humano.*

Neste sentido, de acordo com Singer (2000: 15),

*seria um erro supor que a economia solidária é a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas eminentemente solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica, (...) mas muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo*

Um outro desafio a ser enfrentado pela Economia Solidária é a demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas de construção social, econômica e po-

lítica e as práticas conservadoras gestadas dentro do chamado Terceiro Setor. Sustentadas pelo charme cativante do trabalho voluntário, das parcerias cidadãs e das empresas sociais, é perceptível a tentativa do capital de preservar privilégios, assegurando a legitimidade elitista na condução dos processos sociais.

Temos exemplos de que, ao longo da história ocidental, para frear ameaças, parte das elites política, econômica e também intelectual se valeram ora da piedade, ora da força. Atualmente, a ofensiva caritativa conservadora disputa terreno com as verdadeiras ações solidárias e emancipatórias, mas, caso não dê resultados, a estratégia certamente poderá ser outra. Neste sentido, há que atentar também para as falsas cooperativas que atualmente proliferam em várias partes do globo (em especial nos países periféricos), cooperativas de fachada criadas muitas vezes como departamentos de produção disfarçados e que funcionam como verdadeiros postos avançados, coordenadas e controladas por uma empresa capitalista:

*O que acontece nestes casos é um enorme retrocesso no que se refere às relações de trabalho, na medida que estes trabalhadores não têm as vantagens que as cooperativas autênticas trazem e têm todas as desvantagens das relações de mando e dominação assalariada (Gaiger, 2000: 171)*

## 5. AS DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA

Jean-Louis Laville compara a *dimensão econômica* das práticas de Economia Solidária a três pólos de produção e distribuição (*mercantil, não-mercantil e não-monetário*). O primeiro diz respeito à economia de mercado, o segundo à economia de redistribuição ou estatista e o terceiro compreende um vasto terreno de atividades não-monetárias, como a autoprodução, o benevolato ou voluntariado (dáviva de si mesmo e de seu tempo) e o trabalho doméstico. Assim, para ele, a Economia Solidária

*constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não-monetária, (...) ao invés de ser pensada como uma nova forma de economia que viria a ser acrescentada às formas dominantes de economia no sentido de uma eventual substituição (Laville, apud. França Filho e Dzimira, 1999: 146)*

Nela, portanto, integram-se as três dimensões, não se deixando apreender sob a figura única do “puro” mercado, conhecido apenas por alguns economistas, posto que os recursos são plurais: *mercantil* pela venda de produtos ou pres-

tação de serviços; não-mercantil através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas e não-monetária mediante contribuições voluntárias, principalmente sob a forma do benevolato. Por outro lado, a Economia Solidária refere-se ainda a experiências em que “o emprego não tem um fim em si mesmo”, parece representar muito mais um meio para “novas” descobertas de sentido na elaboração em comum de projetos sociais e econômicos.

Por outro lado, baseadas em solidariedade, estas iniciativas contribuem para a recriação das relações, o que é muito importante no atual contexto de apatia social e de fechamento sobre si mesmo. Para Laville (apud. França Filho e Dzimira, 1999: 147), um traço comum na Economia Solidária é que as “pessoas se associam para desenvolver em conjunto atividades econômicas que contribuem para reforçar a coesão social e a criação de emprego, ao mesmo tempo”. Em outras palavras, ao se associarem para encaminhar seus projetos, as pessoas acabam por ir muito mais além da busca do retorno econômico, transcendendo os interesses utilitários.

Elas revestem-se igualmente de uma *dimensão política*, também sob o signo da pluralidade e da hibridação. Primeiro, assentam-se sobre o debate de idéias diversas no interior e na fronteira da associação, o que permite a expressão das diferenças que se apresentam a montante e a jusante do grupo associado. Alguns autores enxergam aí um lugar de expressão da cidadania e da aprendizagem da democracia. Caracterizadas também por um “impulso recíproco” não somente no seu interior como na fronteira, no seio da esfera pública, elas podem representar um fôlego para a participação cidadã ao reativar uma certa forma de democracia direta que viria em complemento à nossa democracia representativa. Sem dúvida,

*elas contribuem para tornar a democracia mais viva, pois esta é a emanção dos próprios atores da sociedade civil que tomam a palavra a propósito dos problemas concretos que eles enfrentam (idem: 148)*

Desta forma, ao enfrentar certas problemáticas através da criação, produção ou realização de serviços, a Economia Solidária interroga o poder público quanto a sua ação e/ou omissão. Enfim, esta dimensão política afirma-se ainda no sentido de que os projetos desenvolvidos conjuntamente (de forma associativa ou cooperativa) visam uma mudança institucional (e não simplesmente a produção ou prestação de serviços), na perspectiva de um melhor viver:

*De fato, estas experiências estimulam nas pessoas a prática da iniciativa e da autonomia, através destas ações as pessoas tomam consciência da possibilidade de não mais estarem submetidas às crises, mas*

*tornarem-se sujeitos do seu próprio futuro, mesmo que seja em um nível modesto. (...) Descubrem, assim, que certos campos de atividade podem dar lugar a algo mais que uma nova forma de consumo ou uma ação caritativa e que eles podem consolidar modos de socialização portadores de um “melhor viver”. É a razão pela qual elas podem ter um significado profundamente político (idem: 149)*

## 6. BREVES CONCLUSÕES

Acreditamos que as idéias apoiadas nas práticas de Economia Solidária que estão em curso há muito tempo e em diversas partes do mundo apontam para a construção de uma nova racionalidade econômica, política, social e cultural que, mesmo inacabadas e trazendo uma série de desafios, já não podem mais passar despercebidas dentro do quadro de escolhas no momento de formular políticas de desenvolvimento.

Destarte, o estudo e o entendimento de práticas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais que apontem numa perspectiva transformadora das relações desiguais que geram resultados alarmantes em termos de exclusão nas várias partes do globo tornam-se de fundamental importância para a compreensão dos mecanismos utilizados pelas populações no sentido de enfrentar o desafio contemporâneo de superação das extremas desigualdades a que são submetidas parcelas crescentes da população mundial.

Percebemos também que a aparente divergência teórica quanto ao caráter das iniciativas da Economia Solidária (*alternativas* para alguns autores, *alterativas* para outros) não se sustenta enquanto divergência, uma vez que seus defensores explicitam os respectivos pensamentos. O termo *alternativo* possui a mesma dimensão do *alterativo* no momento em que ambos identificam nas experiências de Economia Solidária um conjunto de elementos estruturais que as diferenciam do sistema hegemônico, apresentando como objetivo a transformação das relações políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais nas sociedades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, Ricardo. “As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)”. **Caderno CRH**, 37: 23-45. Salvador, Centro de Recursos Humanos (CRH), jul.-dez., 2002.
- Arruda, Marcos. “O “feminino criador”: sócio-economia solidária e educação” In Boff, Leonardo e \_\_\_\_\_. **Globalização: desafios sócio-econômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 119-143.

- Bertucci, Ademar. “Economia popular solidária”. **Revista de Conjuntura**, II (11): 17-24. Brasília, Conselho Regional de Economia (Corecon), jul.-set., 2002.
- Cattani, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz, 2003.
- Chayanov, Alexander V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”. In Silva, José Graziano da e Stolcke, Verena (org.). **A questão agrária**. Trad. de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 133-164.
- Coraggio, José Luís. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”. In Kraychete, Gabriel; Lara, Francisco e Costa, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Salvador, Universidade Católica do Salvador (UCSal)/Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); Rio de Janeiro, Capina, 2000, p. 91-141.
- \_\_\_\_\_. “Economia do trabalho”. **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães**, 5: 33-52. Salvador, Fundação Luiz Eduardo Magalhães (FLEM), 2003.
- França Filho, Genauto Carvalho de e Dzimira, Sylvain. “Economia solidária e dádiva”. **Revista Organização e Sociedade**, 6 (14): 141-183. Salvador, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, jan.-abr., 1999.
- \_\_\_\_\_. e Laville, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2004.
- Gaiger, Luiz Inácio. “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In Kraychete, Gabriel; Lara, Francisco e Costa, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Salvador, UCSal/CESE; Rio de Janeiro, Capina, 2000, p. 167-198.
- Kraychete, Gabriel; Lara, Francisco e Costa, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Salvador, UCSal/CESE; Rio de Janeiro, Capina, 2000, p. 65-90.
- Nunes, Débora. “A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador”. **Bahia: Análise & Dados**, 12 (1): 59-76. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), jun., 2002.
- Oliveira, Francisco de. “A crise e a utopia do trabalho”. In Kraychete, Gabriel; Lara, Francisco e Costa, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Salvador, UCSal/CESE; Rio de Janeiro, Capina, 2000, p. 65-90.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- Singer, Paul. “Economia dos setores populares: propostas e desafios”. In Kraychete, Gabriel; Lara, Francisco e Costa, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Salvador, UCSal/CESE; Rio de Janeiro, Capina, 2000, p. 143-161.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In \_\_\_\_\_ e Souza, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2003, p. 11-28.

---

\* *José Carlos Moraes Souza é engenheiro agrônomo e assessor do Programa de Economia Solidária da Cáritas Brasileira.*  
*[Jose\_Carlos@caritasbrasileira.org]*